



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo Irregularidades neste Instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS N.º 024/2016 - SEPLAG,
nos Termos do Padrão n.º 05/2002.**

PROCESSO Nº 410.002.980/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O Distrito Federal, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, neste ato representado por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**, portadora da cédula de identidade RG n.º 973748, expedida pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 490.644.281-15, na qualidade de Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **ELEBRASIL ELEVADORES LTDA - EPP**, com sede na SER/Sul, Bloco "D", nº 20, sobrelojas 17/18, Cruzeiro Velho, Brasília/DF, CEP 70.640-545, Telefone (61) 3036-1112, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.633.533/0001-72, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por **EPITÁCIO SILVA CARVALHO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n.º 219.484, expedida pela SSP/DF e do CPF n.º 055.441.141-53, na qualidade de Sócio Gerente.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Projeto Básico e seus anexos de fls. 88-100, da Proposta de fls. 21-23, da Justificativa de Dispensa de Licitação de fl. 101-102, baseada no inciso II, art. 24, c/c art. 26 e com as demais disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, correspondentes à manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra especializada, peças, componentes e acessórios genuínos dos respectivos fabricantes, para 01 (uma) plataforma elevatória, modelo PL-237, marca Monte Elevadores, Número de Série PL.02.237/10566, destinada ao transporte de

Folha: _____
Processo: 410.002.980/2016
Rubrica: _____ Matrícula: 269.067-5



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

passageiros idosos, portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, instalada no Bloco A da Escola de Governo de Brasília-EGOV/DF, situada no SGO Quadra 01 – Área Especial 1 – Brasília/DF, consoante especifica o Projeto Básico e seus anexos de fls. 88-100, a Justificativa de Dispensa de Licitação de fls. 101-102 e a Proposta de fls. 21-23, que passam a integrar o presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – Das Especificações

5.1. CARACTERÍSTICAS DA PLATAFORMA ELEVATÓRIA:

Tipo	Marca	Número de Série	Capacidade	Nº de Paradas	Potência do Motor	Velocidade
Plataforma Elevatória PL-237	Montele Elevadores	PL.02.237/10566	275 Kg	02	02 CV	06 m/min

5.1.1. Detalhamento técnico:

- a) Transporte vertical de passageiros com mobilidade reduzida;
- b) Desenvolvida conforme a Norma ABNT NBR 15655-1:2009, revisada pela ABNT ISO 9386-1:2013;
- c) Velocidade de 06 metros por minuto (m/min);
- d) Capacidade 275 Kg;
- e) Acionamento da plataforma por botões de pressão constante nos pavimentos e joystick (alavanca) na cabina do passageiro;
- f) Homologada nas prefeituras do Rio de Janeiro (GEM) e São Paulo (Contru);
- g) Instalação elétrica ideal por rede trifásica 220/380v; e,
- h) Acabamento em pintura eletrostática (branco, bege, cinza ou preto).

5.1.2. Itens de Segurança:

- a) Dispositivo de segurança anti-esmagamento;
- b) Acionamento: fuso de aço com rosca trapezoidal, com bucha seguidora de segurança - elimina o risco de queda;
- c) AutoSafe (nobreak): resgata o funcionamento da plataforma em caso de queda de energia, levando a cabina automaticamente para o primeiro pavimento; e,
- d) Proteção contra sobrecarga do motor.

5.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

- 5.2.1. Os serviços Objeto deste Projeto Básico serão executados por equipe disponibilizada pela CONTRATADA devendo esta obrigatoriamente obedecer aos requisitos de formação técnico-profissional. Os serviços de manutenção deverão ser realizados através de visitas técnicas programadas as quais deverão ser previamente agendadas junto ao cronograma de manutenções preventivas e através de chamados de emergência para atendimento de manutenções corretivas;
- 5.2.2. Manutenção do equipamento deverá mantê-lo em condições normais de pleno funcionamento;
- 5.2.3. Equipe própria, treinada e habilitada para as manutenções e reparos;
- 5.2.4. As manutenções preventivas devem ser feitas no horário comercial de 8h às 12h e das 14h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira;
- 5.2.5. As manutenções corretivas deverão ser feitas no prazo máximo de 24h após o registro efetivo da chamada, sendo nas situações de emergência, como por exemplo, passageiro preso e interrupção do transporte de passageiro, em até 2h da chamada, ambas de segunda-feira à sexta-feira e, as de emergência, podendo ser realizadas em fins de semana ou feriados com autorização prévia e sem ônus da CONTRATANTE;
- 5.2.6. Substituição das peças defeituosas por peças novas e originais e de acordo com as recomendações do fabricante;
- 5.2.7. O prazo para reposição de peças não poderá ser superior do prazo máximo estabelecido no Código de Defesa do Consumidor – CDC;
- 5.2.8. As manutenções devem ser feitas periodicamente com visitas pré-agendadas com a CONTRATANTE;
- 5.2.9. Efetuar todos ou quaisquer reparos nos componentes necessários;
- 5.2.10. Exame periódico de todos os dispositivos de segurança;
- 5.2.11. Execução de teste anual de segurança, conforme legislação vigente; e,
- 5.2.12. A CONTRATADA deve atuar no ramo pertinente ao Objeto e possuir assistência técnica em locais que possam atender as solicitações de manutenções corretivas em no máximo de 24h após o registro da chamada.

5.3. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 5.3.1. A prestação do serviço consistirá na realização de manutenção preventiva e corretiva na plataforma elevatória descrita no subitem 5.1, inclusa a substituição de todas ou quaisquer peças quando necessário sem ônus à CONTRATANTE, bem como os serviços de prontidão, o atendimento às chamadas de emergência e inspeção anual obrigatória, incluindo, os itens relacionados a seguir:
- 5.3.1.1. Programar a manutenção preventiva conforme as necessidades da CONTRATANTE e a ela submeter essa programação;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

- 5.3.1.2. Prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o fornecimento de peças, da plataforma elevatória, modelo PL-237, marca Montele Elevadores, Número de Série nº PL.02.237/10566, instalada no Bloco A da EGOV, situada na SGON Área Especial nº 01 Quadra 01, em Brasília/DF;
- 5.3.1.3. Executar a manutenção preventiva conforme cronograma aprovado pela CONTRATANTE;
- 5.3.1.4. Executar os itens de manutenção preventiva recomendados pelo fabricante do equipamento, ainda quando não constantes neste Projeto Básico;
- 5.3.1.5. Utilizar, na prestação dos serviços, mão-de-obra qualificada, equipamentos e materiais de primeira qualidade e suficientes à realização dos serviços, bem como peças e componentes novos e genuínos;
- 5.3.1.6. Apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, pareceres ou laudos técnicos, que deverão ser elaborados e assinados por seu engenheiro responsável;
- 5.3.1.7. Fornecer todos os materiais de consumo e ferramentas necessários para execução de todas as tarefas, sem ônus adicionais à CONTRATANTE (tais como: estopa, querosene, produtos de limpeza para quadros elétricos, fita isolante, graxa lubrificante, produtos antiferrugem, colas, fita teflon, pastas lubrificantes, buchas, lixas, eletrodos, serra, rebites, óleo lubrificante, solventes, aguarrás, pinceis, trinchas, tolos, bandejas, pistolas, compressores para pintura, sabão, panos, utensílios e produtos de limpeza em geral), bem como instrumentos de medição e de testes e seus acessórios;
- 5.3.1.8. Transportar, sempre que necessário, às suas expensas, seus funcionários, peças, ferramentas e equipamentos até as dependências da CONTRATANTE;
- 5.3.1.9. Manter limpos e inalterados os locais onde atuar;
- 5.3.1.10. Anotar todas as ocorrências constatadas e enviá-las à CONTRATADA;
- 5.3.1.11. Registrar as visitas em ordens de serviço, assinadas pelo seu representante e por servidor da CONTRATANTE devidamente designado, onde constarão as ocorrências verificadas, data e hora da solicitação, descrição do serviço executado e data e hora da conclusão;
- 5.3.1.12. No caso de avaria, informar a CONTRATANTE, listando sua descrição, causa, materiais, peças, componentes e serviços necessários à correção e ao cronograma de execução dos serviços, com a estimativa de tempo de interrupção do funcionamento dos equipamentos, se for o caso;
- 5.3.1.13. As notificações acima deverão ser enviadas à CONTRATANTE formalmente e devidamente assinada pelo responsável técnico da CONTRATADA;
- 5.3.1.14. Apresentar relatórios de vistorias semestrais feitas pelo responsável técnico na plataforma elevatória quanto a seus estados e desempenhos, propondo e justificando medidas preventivas e corretivas;
- 5.3.1.15. No intervalo entre 20 (vinte) e 10 (dez) dias antes do término da vigência do contrato, emitir um laudo que retrate minuciosamente o estado operacional da plataforma elevatória;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

5.3.1.16. Dispor de profissionais (técnicos não residentes) com formação compatível com a função, que atendam às solicitações para manutenção dos equipamentos no local em que se encontram instalados; e,

5.3.1.17. As visitas para manutenção preventiva e corretiva deverão ser realizadas por profissional/técnico devidamente uniformizado e identificado.

5.4. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

5.4.1. A manutenção preventiva destina-se a reduzir a possibilidade de ocorrência de defeitos, falhas ou irregularidades da plataforma elevatória e dos componentes nela instalados, devendo seguir as recomendações do fabricante e normas técnicas específicas, de forma periódica abaixo determinada, ou em atendimento à solicitação da fiscalização ou da urgência, compondo-se o serviço das atividades abaixo relacionadas, não descartando outras que se façam necessárias:

5.4.1.1. Mensalmente (conservação e rotina):

- a) Limpar portas, contato de emergência, estrutura e fundo do poço;
- b) Verificar painel de Operações e indicador;
- c) Verificar limites inferiores e superiores;
- d) Verificar iluminação, máquinas, botoeiras e indicadores;
- e) Verificar, limpar e lubrificar polias, guias, cabos e correntes de compensação;
- f) Verificar painéis de acabamento, frisos e polia de desvio;
- g) Verificar suportes, sinalizadores, limite de redução e descida;
- h) Verificar e limpar aparelho de segurança e quadro de comando;
- i) Verificar, limpar e lubrificar porta de pavimento e fecho eletromecânico, ajustando o necessário;
- j) Verificar, limpar e lubrificar reguladores de velocidade;
- k) Verificar, limpar e lubrificar o parador da porta;
- l) Verificar, limpar e lubrificar freio e contato;
- m) Verificar, limpar e lubrificar corredeiras inferiores; e,
- n) Verificar, limpar e lubrificar polia tensora.

5.4.1.2. Trimestralmente:

- a) Verificar proteção e conexões no painel de força;
- b) Verificar deslize do contrapeso;
- c) Verificar aceleração, desaceleração e nivelamento; e,
- d) Verificar motor de indução e fiações.

5.4.1.3. Semestralmente:

- a) Verificar e limpar o para-choque e cornija; e,
- b) Verificar os pontos de ferrugem na estrutura da plataforma e eliminá-los.

5.5. MANUTENÇÃO CORRETIVA



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

- 5.5.1. Atender prontamente as solicitações da CONTRATANTE para restabelecer o funcionamento da plataforma elevatória paralisada ou com funcionamento anormal, no prazo máximo de 24h, e, em até 2h da chamada, em se tratando de situação emergencial, como por exemplo, passageiro preso e interrupção do transporte de passageiros, ambas de segunda-feira à sexta-feira e, as de emergência, podendo ser realizadas em fins de semana ou feriados com autorização prévia e sem ônus da CONTRATANTE;
- 5.5.2. A manutenção corretiva deverá ser prestada após o recebimento, pela CONTRATADA, da solicitação feita pela CONTRATANTE, não tendo limites o número de chamadas. As solicitações serão realizadas por telefone e/ou e-mail institucional;
- 5.5.3. Informar substituição de peças, apresentando laudo técnico prévio para apreciação, no prazo de até 24h, salvo nos casos em que ficar comprovada a urgência na troca das mesmas, ocasião em que poderá ser dispensado pela CONTRATANTE o laudo;
- 5.5.4. Após a aprovação do laudo técnico e da devida autorização, executar o serviço no prazo máximo de 24h, quando o conserto for considerado urgente e de 5 (cinco) dias corridos nos demais casos;
- 5.5.5. A comunicação poderá ser feita por expedientes (cartas, ofícios, entre outros) e/ou via e-mail institucional da CONTRATADA à CONTRATANTE e vice-versa; e,
- 5.5.6. A manutenção corretiva deverá ser procedida mediante a substituição e/ou reparação, segundo critérios, de componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, dentre outros, necessários à recolocação da plataforma em condições normais de funcionamento, utilizando peças novas e genuínas.

CLÁUSULA SEXTA – Do Valor

- 6.1. O valor total do Contrato é de **R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)**, em adequação com o Plano Plurianual 2016-2019, a lei Orçamentária para 2016, Lei n.º 5.601/2015 e Lei n.º 5.514/2015.
- 6.2. Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses, terão seus valores anualmente, reajustados por índice adotado em lei ou, na falta de previsão específica, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Dotação Orçamentária

- 7.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
- I – Unidade Orçamentária: 32.101
 - II – Programa de Trabalho: 04.122.6003.8517-7897
 - III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39
 - IV – Fonte de Recursos: 100



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

7.2. O empenho inicial é de R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais), conforme Nota de Empenho 2016NE01419, emitida em 22/11/2016, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

CLÁUSULA OITAVA – Do Pagamento

8.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Executor ou Comissão Executora do Contrato, os documentos abaixo relacionados:

I - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal, disposto no artigo 4º do Decreto nº 6.106/2007;

II - Certificado de Regularidade perante o FGTS fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado nos termos da Lei nº 8.036/1990;

III - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade;

IV - Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme artigo 1º do Decreto nº 6.106/2007;

V - Certidão de registro de pessoa jurídica junto ao CREA-DF;

VI - Comprovante de recolhimento até o décimo dia do mês subsequente, dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato, consoante determina a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007;

VII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitido pelo Tribunal Superior do Trabalho (em www.tst.jus.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011, visando à comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

VIII - Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal; e

IX - Outros documentos que venham a ser solicitados pelo executor do contrato.

8.2. A Contratada não poderá apresentar Nota Fiscal com número de CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste Contrato.

8.3. Havendo erro no documento de cobrança, ou na circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração.

8.4. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

8.5. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação "pro rata tempore" do IPCA, nos termos do art. 4º do Decreto nº 36.246/2015.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

8.7. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.8. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.9. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011, alterado pelo Decreto de nº 36.135/2014, de 12/12/2014.

CLÁUSULA NONA – Do Prazo de Vigência

9.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura e sua prorrogação fica condicionada ao interesse da Administração, desde que satisfaça as exigências previstas na legislação, por períodos iguais e sucessivos, limitada a sua duração a 60 (sessenta) meses

9.2. O término da vigência não exclui da CONTRATADA as responsabilidades (de garantia e assistência) referentes ao Objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das garantias

10.1 – Por ocasião da celebração do contrato, será exigida da licitante vencedora a prestação de uma das seguintes garantias:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

II - seguro-garantia; ou,

III - fiança bancária.

10.2 – Caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia acima, no percentual de 3% (três por cento) do valor do contrato (Lei n.º 8.666/1993, art. 56, parágrafo 2º), correspondente a R\$ 216,00 (duzentos e dezesseis reais).

10.2.1. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.

10.2.2. Toda e qualquer garantia prestada pela licitante vencedora:

a) somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

b) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

10.3. O Prazo de garantia das peças entregues não poderá ser inferior ao de fábrica;

10.4. Durante o período de garantia, o atendimento deverá ser no local da instalação, sendo realizada pela própria CONTRATADA ou seu representante.

10.5. A CONTRATADA deverá efetuar a reparação, às suas expensas, durante o período de garantia, de acordo com as especificações constantes no Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– Dos Seguros e Acidentes

11.1. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade de quaisquer acidentes durante a execução dos serviços contratados, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos relacionados com os serviços, ainda que ocorridos fora do local das instalações.

11.2. A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as exigências das Normas Regulamentares (NR) aprovada pela Portaria n.º 3.214, de 08 de julho de 1978, e em especial a:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

- a) NR-18 que trata das condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção; e,
 - b) NR-10 que trata da segurança em instalações e serviços em eletricidade.
- 11.3. A CONTRATADA deverá atender à Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977 – CLT, relativa à segurança e medicina do trabalho.
- 11.4. A CONTRATADA deverá fornecer a seus funcionários todos os equipamentos de proteção individual e coletiva, necessários para o desempenho de cada atividade específica.
- 11.5. A CONTRATADA deverá orientar e fiscalizar os seus funcionários na utilização dos equipamentos de proteção individual e coletiva, observando as normas específicas para a utilização destes equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– Da responsabilidade do Distrito Federal

- 12.1. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.
- 12.2. Proporcionar as facilidades e o acesso às suas instalações, para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços contratados;
- 12.3. Comunicar em tempo hábil as chamadas das manutenções preventivas ou corretivas;
- 12.4. Determinar providências que entender necessárias visando suprir ou sanar irregularidades, atrasos e falhas ocorridas;
- 12.5. Designar servidores para atuarem na execução do contrato os quais serão incumbidos as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal vigentes;
- 12.6. Efetuar o pagamento da fatura apresentada pela CONTRATADA, devidamente atestada por seus executores, em conformidade com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal vigentes;
- 12.7. Aplicar a CONTRATADA, garantida a defesa prévia, as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8666/1993 e alterações posteriores:
- a) Em caso de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega dos materiais, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,06% (seis centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor da Nota de Empenho;
 - b) Em caso de atraso injustificado do prazo estabelecido para substituição, correção ou reparação do material, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de 0,1% (um décimo por cento), por dia de atraso, sobre o valor da Nota de Empenho;
 - c) Para efeito de aplicação de multa, o valor da Nota de Empenho será apurado deduzindo-se dela o valor das entregas aceitas;
 - d) Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente, conforme preconizado pelo Art. 87, § 1º da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

12.7.1. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade da responsabilidade civil da CONTRATADA por eventuais perdas e danos à Administração Pública;

12.7.2. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à conta informada pela CONTRATANTE, ou pago através guia de recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da notificação, podendo a CONTRATANTE, para tanto, descontar das faturas por ocasião do seu pagamento, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa, ou cobrá-las judicialmente se julgar conveniente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

13.1. Se comprometer ao fiel cumprimento das condições contidas no Projeto Básico, na proposta e neste contrato;

13.2. Prestar os serviços dentro dos prazos estabelecidos na Cláusula Quinta deste, sem nenhum custo adicional à CONTRATANTE; caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções estabelecidas na Cláusula Décima Segunda;

13.3. Fornecer peças e acessórios originais novos e genuínos (na caixa), conforme as recomendações do fabricante e as normas técnicas específicas, sem ônus adicional à CONTRATANTE;

13.4. Atender, independente de dia ou hora, aos chamados telefônicos e/ou e-mail institucional da CONTRATADA, fornecendo nº de telefone para contato 24h e endereço eletrônico;

13.5. Fornecer todas as ferramentas, materiais e equipamentos indispensáveis à realização das manutenções, bem como mão-de-obra especializada;

13.6. Oferecer garantia para os serviços prestados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para peças e componentes substituídos;

13.7. Instalar os componentes e peças devidamente testados e funcionando, não se admitindo o emprego de qualquer peça recondicionada;

13.8. Manter quadro de pessoal técnico qualificado para a realização dos serviços e apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução dos serviços, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

13.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

13.10. Apresentar certidão de registro de pessoa jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;

Folha: _____

Processo: 410.002.980/2016

Rubrica: _____ Matrícula: 269.067-5

Página 11 de 22



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

- 13.10. Não substituir ou alterar peças do equipamento sem a autorização expressa da CONTRATANTE;
- 13.11. Apresentar, juntamente com a fatura mensal, relatório descritivo da manutenção preventiva realizada;
- 13.12. Indicar, em até 72h antes do prazo estipulado no subitem 14.1, da Cláusula Décima Quarta deste Contrato, o responsável técnico devidamente registrado no CREA-DF;
- 13.13. Adotar os critérios de segurança da legislação vigente, tanto para seus empregados, quanto para a execução dos serviços;
- 13.14. Os serviços prestados ou peças instaladas em desacordo com o especificado no Projeto Básico e/ou no contrato serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a CONTRATADA a substituí-los sem prejuízo aos prazos constantes na Cláusula Quinta.; caso a substituição não seja feita dentro do prazo estipulado neste Contrato e em seu Projeto Básico, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Cláusula Décima Segunda;
- 13.15. Recolher peças que sejam em desacordo às especificações que visem atender ao Objeto;
- 13.16. Arcar com eventuais prejuízos causados na entrega e montagem do material;
- 13.17. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, no todo ou em parte, a execução do contrato firmado;
- 13.18. Efetuar o faturamento de acordo com o especificado no Projeto Básico e neste Contrato;
- 13.19. Efetuar imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE em relação ao fornecimento dos serviços contratados;
- 13.20. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 13.21. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, tributos, frete, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos materiais entregues por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 13.22. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 13.23. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato;
- 13.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; e,
- 13.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do Cronograma e Forma de Prestação de Serviços

14.1. Os serviços deverão ser executados/iniciados em até 10 (dez) dias contados do recebimento da Nota de Empenho, sem nenhum custo adicional à CONTRATANTE; caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida no Item 12.8 – a; da Cláusula Décima Segunda deste Contrato.

14.2. A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a ART, anotação de responsabilidade técnica, referente aos serviços executados, devidamente registrada no CREA-DF, sempre que couber.

14.3. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários a perfeita execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do Faturamento

15.1. O faturamento será efetuado mediante entrega do material, e a CONTRATADA deverá faturar as despesas e a nota fiscal eletrônica deverá, obrigatoriamente, destacar preço bruto, o percentual e preço do desconto concedido, preço líquido da fatura e da documentação relacionada na Cláusula Oitava, em seu item 8.1.

15.2. A nota fiscal deverá ser faturada em nome da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, CNPJ nº 03.230.476/0001-07, e endereçada ao Gabinete da Escola de Governo do Distrito Federal – EGOV, situado na SGON Área Especial 01 Quadra 01, em Brasília-DF – CEP 70610-610.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da Alteração Contratual

16.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

16.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

16.3. Havendo a necessidade da CONTRATANTE, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme § 1º do artigo 65, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Executor

17.1. A CONTRATANTE, por meio dos servidores especialmente designados para execução do contrato, exercerá a fiscalização sobre o Objeto contratado, cabendo-lhes além das atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal, outras providências de ordem técnica, tais como:

- a) Conferir a entrega do Objeto contratado e atestar as notas fiscais, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- b) Realizar contatos diretos com a contratada, com a finalidade de bem administrar a execução do Objeto contratado;
- c) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- d) Apurar eventuais faltas da CONTRATADA que possam gerar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.666/1993;
- e) Realizar gestão para sanar casos omissos.

17.2. Não obstante a Contratada seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos neste Contrato e em seu Projeto Básico, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

- I - Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;
- II - Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;
- III - Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento;

17.3. O serviço deverá ser entregue ao(s) executor(es) do Contrato conforme disposto no Projeto Básico, em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei nº 8.666/1993;

a) Será recebido o serviço:

- I- Provisoriamente, imediatamente depois de efetuado a entrega do material, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações e com a proposta (se couber);
- II- Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis.

b) após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

c) o recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

17.4. A Contratante poderá a seu exclusivo critério, por conveniência administrativa, dispensar o recebimento provisório dos serviços e seus produtos, nos termos do artigo 74, inciso II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

18.1 - Das Espécies

18.1.1 – As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851 de 30/05/2006 e alterações posteriores:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

b) para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que

Folha: _____

Processo: 410.002.980/2016

Rubrica: _____ Matrícula: 269.067-5

Página 15 de 22



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

18.1.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.2 - Da Advertência

18.2.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Subsecretaria de Compras Governamentais, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo Ordenador de Despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

18.3 - Da Multa

18.3.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V- até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

18.3.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo Irregularidades neste Instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

05(cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3o do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

- I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
- III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

18.3.3 – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

18.3.4 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

18.3.5 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

- I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e
- II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

18.3.6 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 18.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

18.3.7 - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 18.3.1.

18.3.8 - A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 18.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

18.4 - Da Suspensão

18.4.1 - A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

- I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras Governamentais, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

18.4.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - o Subsecretário de Compras Governamentais, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - o Ordenador de Despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

18.4.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

18.4.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

18.5 - Da Declaração de Inidoneidade

18.5.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

18.5.2 - A declaração de inidoneidade prevista neste item 18.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

18.5.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.6 - Das Demais Penalidades

18.6.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras Governamentais, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 18.5;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 18.4.3 e 18.4.4.

18.6.2 - As sanções previstas nos subitens 18.4 e 18.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

18.7 - Do Direito de Defesa

18.7.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

18.7.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

18.7.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

18.7.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

18.7.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua

Folha: _____

Processo: 410.002.980/2016

Rubrica: _____ Matrícula: 269.067-5

Página 19 de 22



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

imediate divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

18.7.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 18.2 e 18.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.8 - Do Assentamento em Registros

13.8.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.8.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

18.9 - Da Sujeição a Perdas e Danos

13.9.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

18.10 – Disposições Complementares

18.10.1- As sanções previstas nos subitens 18.2, 18.3 e 18.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

18.10.2 – Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Da Rescisão amigável

O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do Art. 79, II, da Lei n.º 8.666/93, mediante manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital Pregão Eletrônico n.º 065/2015-SCG/SEPLAG, observado o disposto nos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste Instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Do Local da Prestação do Serviço

O local de atendimento do Objeto deverá ser a Escola de Governo do Distrito Federal – EGOV, situada na SGON Área Especial nº 01 Quadra 01 - CEP: 70.610-610 - Brasília/DF. Cabe à CONTRATADA entrar em contato com a CONTRATANTE e confirmar o horário de expediente deste, visando prever qualquer transtorno.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – Das Disposições Gerais

- 23.1. São aplicáveis ao contrato as normas exorbitantes de Direito Administrativo;
- 23.2. É vedada a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do §2º do artigo 3º do Decreto nº 32.751, de 04 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal;
- 23.3. Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória contra a mulher, que incentive a violência contra a mulher, que exponha a mulher a constrangimento, homofóbico ou que represente qualquer tipo de discriminação, nos termos Lei nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de cláusula de proibição de conteúdo discriminatório contra a mulher nos contratos de aquisição de bens e serviços pelo Distrito Federal.
- 23.4. São aplicáveis ao contrato as normas exorbitantes de Direito Administrativo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – Das Disposições Finais

Cumprе salientar que se porventura alguma situação não prevista neste Projeto Básico ocorrer, todas as consequências de sua existência serão regidas pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores, pelos Decretos Distritais nº 32.598/2010 e alterações posteriores, e Decreto nº 26.851/2006 e alterações posteriores, sem prejuízo de demais normas legais aplicáveis aos contratos administrativos, bem como pelas legislações pertinentes ao tema.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília/DF, 05 de dezembro de 2016.

Pelo Distrito Federal:

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS
Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Pela Contratada:

EPITÁCIO SILVA CARVALHO
Sócio Gerente

Testemunhas:

1.

Nome: LEONARDO QUEIROGA A. ABRU
CPF/MF: 860.092.811-72

2.

Nome: Andrea Silva Luiz
CPF/MF: 694.996.671-72